

PP 24583 ✓  
a- 3981

SETEMBRO / OUTUBRO 1998 • ANO 1 • Nº1

# Lisboa Urbanismo

INFORMAÇÃO DA DIRECÇÃO MUNICIPAL DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA/CML

## Cidadania e Direito à Beleza

*Francisco Silva Dias*

## Um Novo Desenho Urbano

*Gonçalo Ribeiro Telles*

N  
83  
P.

amento:  
o e  
concertação"

*João Soares*

*Planeamento significa  
diálogo, concertação  
e flexibilidade,  
respeito  
pelas pessoas,  
pelo património,  
a cultura e o ambiente.*

Pag. 2



*Alto do Chapeleiro  
um projecto  
de reconversão*

Pag. 4



*Rossio:  
requalificação  
do espaço  
público*  
Pag. 8

Shi

# Planeamento: diálogo e concertação



A Câmara Municipal de Lisboa, sob a minha Presidência, tem procurado manter com os cidadãos, e portanto, também com os agentes económicos da cidade, uma relação permanente de transparência, de informação, como se diz na linguagem de hoje, uma relação profundamente interactiva.

O esforço que temos vindo a fazer nesse sentido, e que se tem materializado em obras tão importantes como o novo Edifício Municipal do Campo Grande, continua agora com a publicação deste Boletim. Sob outra forma, como é óbvio, mas dentro do mesmo espírito.

A sua publicação ocorre, aliás, penso que é importante sublinhá-lo, no momento em que, pela primeira vez, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa delega os seus poderes todos, e portanto, também os poderes que lhe foram conferidos no domínio do Planeamento e da Gestão Urbanística num Vereador: a Dra. Margarida Magalhães, a quem quero prestar homenagem por esta iniciativa.

Este Boletim corresponde a uma vontade várias vezes manifestada de aproximar os intervenientes no processo de construção da cidade - e da sua transformação e modernização - dos agentes da Administração Pública, no caso, Municipais. O que naturalmente conduz a formas mais democráticas e mais transparentes de Planeamento Urbanístico sempre com o objectivo da resolução dos problemas, da qualificação, da modernização e, sobretudo, da humanização da cidade.

Este Boletim, que se pretende como sublinhei acima, interactivo, irá estar disponível muito em breve na Internet.

É um Boletim feito para o diálogo, para a informação e para a discussão sobre os grandes problemas da cidade, porque o planeamento urbanístico não é o produto de ideias fechadas sobre si mesmas, alheias à dinâmica social, cultural e económica que deve fazer das cidades centros de progresso, de criação e de distribuição de riqueza e espaços de bem estar. Pelo contrário, o planeamento urbanístico, a gestão urbanística tem que ser um processo democrático e interactivo de relação directa com aquilo que mexe na cida-

de, a começar pelos seus cidadãos e pelos seus agentes económicos promotores de riqueza e bem estar.

É nessa linha que estamos também a simplificar os procedimentos internos e a relação com o exterior e o público, procurando assegurar mais rapidez de atendimento e mais rapidez de tramitação dos procedimentos burocráticos com o que contamos reduzir a buro-

cracia e aumentar a celeridade e a transparência dos procedimentos administrativos, tirando partido do apetrechamento tecnológico que permite uma utilização intensiva dos novos meios disponíveis.

Aos que caluniosamente insinuam que não há planeamento na cidade de Lisboa respondemos dizendo que o que não há é uma concepção dirigista e fechada que esquece que em democracia, planeamento significa diálogo, interacção, concertação, flexibilidade, atenção à realidade concreta que é, por natureza como realidade vivida, mutável, respeito pelas pessoas, pelo património; no respeito pela cultura e pelos valores do ambiente.

É o que estamos a fazer e ainda há bem pouco tempo tivemos o gosto de ouvir referir como exemplo a seguir ao Director do Departamento de Planeamento Urbanístico do Massachusetts Institute of Technology (MIT) ou aos especialistas do Conselho da Europa.

Este é o caminho que esta news letter do Pelouro do Urbanismo da Câmara Municipal de Lisboa sob a proficiente direcção da Vereadora Margarida Magalhães aponta com clareza a todos aqueles que operam neste sector: Arquitectos, Engenheiros, Promotores Imobiliários e Agentes da Administração Pública Autárquica.

João Soares